

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 25 Partidos e Sistema Partidário

Determinantes da preferência partidária do eleitor Porto-Alegrense

(versão preliminar¹)

Silvana Krause
krausesilvana@yahoo.com.br
Maria Izabel Noll
minoll@terra.com.br
Manoel Caetano de Araújo Passos
manoel.passos@terra.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Caxambu
24 a 28 de Outubro de 2011

¹ Os autores solicitam que o texto não seja citado sem autorização.

1. Introdução

O presente artigo busca trazer uma reflexão sobre a questão da identificação partidária em Porto Alegre, a partir de dados de pesquisa de opinião entre 1988 e 2008. Tomando como unidade de análise a fatia dos eleitores que apresentaram preferência partidária, buscamos detectar algumas das particularidades desse sujeito tomando as variáveis: idade, sexo, educação, renda e vínculo partidário. Trata-se de testar algumas hipóteses presentes na literatura acadêmica nacional e internacional sobre as características do perfil do eleitorado com vínculo partidário bem como lançar algumas indagações sobre as razões apontadas por vários estudiosos sobre o declínio da identidade partidária na grande maioria das democracias ocidentais, incluindo o Brasil. Para tanto, o texto apresenta um quadro sintético das contribuições de alguns autores sobre o tema, uma retomada dos pontos centrais da vida político partidária em Porto Alegre e do comportamento político-eleitoral de sua população nos pleitos municipais e, finalmente, a análise dos dados das pesquisas de opinião, focando o eleitor identificado partidariamente.

2. Identidade partidária: um fenômeno em declínio?

A identidade partidária pensada como o vínculo estabelecido entre um sujeito e um partido político determinado, tem permitido a compreensão – a longo prazo – da maneira como se estruturam as opiniões e o voto (Offerlé:1997). Apesar de a identidade partidária permanecer uma questão muitas vezes obscura em muitos trabalhos, isso se deve mais às formas como ela é pensada – qual o grau ou qual a natureza do vínculo – do que à sua importância como objeto de estudo. Tomando como premissa que os partidos políticos são elementos essenciais na construção de um processo democrático, daí decorre que os sentimentos de identificação partidária proporcionam “um quadro de referência para a avaliação e interpretação da informação política; o partidarismo orienta a tomada de decisões políticas e estimula o envolvimento do público com as instituições e processos da democracia representativa” (Dalton, McAllister, Wattenberg: 2003, p.316).

Se para Campbell et al (1960) percepções, valores e comportamentos estabeleciam vínculos entre cidadãos e partidos políticos criando estruturas de referência para suas escolhas, Lipset (1968) trouxe ao debate acadêmico a importância das clivagens sociais nos variados padrões de votação. Diferentes classes com suas respectivas orientações realizavam opções sociais coletivas no campo político. No modelo de Michigan, a identidade partidária adquire importância já que estabelece um vínculo estável (na maioria das vezes) entre o eleitor e o mundo político. Esta identidade “incorpora um fator psicológico, não

completamente racional, que se forja ao longo do tempo, na interação do eleitor com a política. Um dos trunfos da análise de Michigan foi justamente mostrar como esta identidade é o melhor preditor da escolha eleitoral” (Balbachevsky, Holzacker: 2004, p. 243).

Dalton, McAllister e Wattenberg ao relacionarem democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas, referem-se a Coleman (1996) quando enfatizam que a questão-chave da política partidária passa pela capacidade dos partidos mobilizarem e integrarem os cidadãos na vida democrática. A conceituação de identificação partidária seria, então, fundamental para a investigação da opinião pública, base da vitalidade do jogo político democrático. Não só os processos eleitorais, mas as tomadas de decisões e demais escolhas (envolvendo inclusive a possibilidade de um governo partidário) passariam pela capacitação das agremiações em se transformarem elementos aglutinadores e, ao mesmo tempo, formadores de grupos homogêneos. Entretanto, a identificação partidária tem uma natureza mutável. As condições sócio-econômicas e culturais, entre outras, variam ao longo do tempo fazendo com que os eleitores redirecionem suas opções, mudando suas preferências políticas ou simplesmente adotem um comportamento aleatório a cada conjuntura eleitoral em função do custo da informação ou de novas temáticas que parecem fugir do campo estritamente político. No que se refere aos estudos sobre partidarismo os autores reconhecem que há uma divisão entre os analistas: de um lado os que visualizam um claro declínio do partidarismo nas democracias estáveis européias; de outro, os que defendem a posição de que as mudanças políticas dos últimos anos não são decorrentes de um *desalinhamento partidário*, mas de outras variáveis de ordem social, econômicas ou culturais. A hipótese do desalinhamento partidário (Dalton, Flanagan, Beck: 1984) abraçada por Dalton, McAllister e Wattenberg sustenta que os laços partidários têm sofrido uma erosão como consequência dos processos de modernização das sociedades industriais avançadas. Ela combina fatores de ordem individual e coletivos. Os processos envolvendo a democratização dos sistemas educacionais, o acesso generalizado aos meios de comunicação e o surgimento de grupos de interesse tem levado o cidadão moderno a uma crescente independência e auto-suficiência política nas suas escolhas eleitorais e partidárias. Níveis educacionais superiores aumentam e refinam a demanda por informação. Segundo os autores, “o desenvolvimento dos meios de comunicação e a proliferação de grupos de interesse público entram em choque com a articulação de interesses e as funções informativas dos partidos políticos”. (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003). Isso poderia indicar que os meios de comunicação de massa estão se colocando como alternativa aos partidos políticos como produtores de informação política. Os partidos, outrossim, estariam realizando campanhas centradas em alguns líderes e estariam menos

dependentes da mobilização de seus simpatizantes já que focalizam suas estratégias na mídia e no carisma de alguns candidatos.

A tese do desalinhamento tem recebido várias críticas: uma primeira questiona a capacidade das sondagens de opinião fornecerem elementos confiáveis que permitam aferir essa mudança (Zelle, 1995; Schmitt, 1989); a segunda (Bartolini e Mair, 1990), reconhece que os padrões de comportamento eleitoral dos últimos anos na Europa apresentam alta volatilidade e fragmentação partidárias, mas que é difícil construir umnexo direto entre este fenômeno e afirmar que os laços partidários estão em declínio. Nessa direção, muitos autores afirmam que o enfraquecimento da identificação partidária é um mito ou que as análises não têm privilegiado o aparecimento do chamado eleitor independente (Keith, 1992).

A idéia de que “estamos a assistir a um amplo e contínuo declínio no papel dos partidos políticos face aos eleitores contemporâneos – e não a uma diminuição temporária da satisfação do público com os partidos” (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003, p.298), é central para os autores. O próprio desalinhamento é uma decorrência de novas formas de fazer política na sociedade atual, modelos de democracia direta com ênfase na participação e menos no enquadramento partidário. Democracias que nos anos 50 e 60 registraram forte alinhamento partidário e escolhas pautadas por pertencimento a grupos sócio econômicos, hoje, segundo dados do Eurobarômetro, utilizados por vários autores, mostram uma erosão no que se refere à confiança nos partidos políticos e na satisfação com a atuação pública destes partidos. Este seria um indicador importante das mudanças em andamento em boa parte das democracias européias.

Tendo como motivação explicar a crise de identidade do PT como decorrência das denúncias do mensalão, artigo de Lattman-Weltman apresenta a questão: qual a real importância das identidades partidárias? Traz, para isso a perspectiva de Schumpeter na definição de democracia onde “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (Schumpeter, 1961 apud Lattman-Weltman). Esta perspectiva mercadológica traduz uma definição operacional marcada pela presença ou ausência da competição eleitoral. A importância da identidade partidária passaria, segundo o autor, por uma distinção de lugares (*loci*) onde ela se realiza. O primeiro deles seria a identidade compartilhada pelos membros ou militantes de um mesmo partido – identidade interna. Esta se manifestaria nos atos políticos, nos programas de propaganda eleitoral, nos veículos de comunicação do partido, no comportamento parlamentar e, principalmente no trabalho comum pela vitória eleitoral. Seu sinônimo mais adequado seria coesão. O essencial

aqui é o conjunto de atributos simbólicos que reforça a identidade, que distingue e separa um partido dos demais.

O segundo lugar, e claramente dependente do primeiro, é a identidade que conecta os partidos com seus eleitores. Primeiramente há o que o autor chama “uma identidade que conecta partidos e eleitores *a priori* – previamente às campanhas eleitorais – por razões ideológicas” (Lattman-Weltman p.74). Esta seria uma identidade externa vertical. Outra é a identidade que conecta partidos e eleitores *a posteriori* – aquela que se dá através da definição do voto. Em algum momento da campanha eleitoral o eleitor se sente informado para identificar a diferença entre um e outro partido, justificando sua escolha – é a identidade externa horizontal. Esta classificação de padrões de identidade tem como objetivo entender a lógica do sistema partidário brasileiro e sua vinculação com o comportamento eleitoral da população.

Algumas conclusões extraídas a partir dessa taxonomia podem auxiliar na compreensão do jogo político dos últimos anos. Por exemplo, uma identidade externa vertical muito forte pode dividir o espectro político quase que de forma excludente com base em diferenças de classes, de ideologias, de etnias etc. Na medida em que afeta o sistema como um todo pode produzir uma esclerose do mesmo e gerar uma incapacidade de resposta à necessidade de mudança. Por outro lado, uma identidade externa horizontal radicalizada, mesmo gerando maior flexibilidade ao sistema partidário, pode criar um potencial de incerteza e insegurança, tanto para os partidos como para os eleitores.

Podemos observar, então, que se a identidade partidária tem um valor fundamental, seja ela baseada em valores, crenças, opiniões ou numa escolha racional do eleitor, torna-se evidente que a capacidade deste reconhecer seus interesses é essencial. No entanto, o acréscimo de elementos como a redução do custo de informação (Downs, 1957) e da avaliação retrospectiva do desempenho do governo (Fiorina, 1981) tem mostrado que as escolas tradicionais de interpretação da escolha eleitoral e partidária ainda estão abertas a novas pesquisas e interpretações.

Trabalho de Veiga (2007), analisando dados de pesquisas de opinião do período 2002/2006 no Brasil, apresenta a seguinte questão: houve queda no índice de identidade partidária? Como hipótese utiliza as conclusões de Dalton (2002) que apontam no sentido da redução da identidade em função das mudanças no perfil do eleitorado, no aumento da taxa de escolaridade e na maior disponibilidade de informações políticas. Os eleitores estariam mais bem informados, mais independentes e vivenciando valores “pós-materialistas” com novas demandas, novo estilo de vida, novos temas de interesse. A influência da mídia seria mais um fator a incluir nas causas da baixa identificação partidária.

A autora conclui que os resultados da pesquisa apontam no sentido de uma redução no número de eleitores com identidade partidária. A maior perda se encontra no PT, sem que isso signifique que os outros partidos (PMDB, PSDB e PFL) tenham sido beneficiados. O perfil desse eleitorado, em alguns pontos, se aproxima das conclusões de Dalton e em outros se afasta. Entre 2002 e 2006 a identidade não caiu entre os mais jovens, mas ao contrário, tendeu a crescer; a taxa de escolaridade apresentou características similares à da pesquisa referida: os eleitores que manifestaram ter identidade com algum dos partidos eram de menor nível educacional. Uma explicação apresentada para a transformação do perfil do eleitor do PT pode estar “relacionada com a perda de parte do segmento mais ideológico e mais intelectualizado entre os simpatizantes (...) e a adesão de um segmento novo do eleitorado, beneficiário dos programas sociais e das políticas de inclusão” (Veiga, 2007, p. 362).

Questionando as interpretações dos últimos anos, principalmente as que se referem ao Brasil, Coimbra (2011) afirma: “ao contrário do que muita gente pensa, a proporção de eleitores brasileiros que se identificam com algum partido pode ser considerada elevada. Já foi o tempo em que era avassaladora a maioria dos que não tinham afinidade com nenhum”. As comparações com outros países são complicadas, pois envolvem diferentes formas de participação política, diferentes histórias na constituição dos sistemas partidários. Em alguns, o voto é universal e obrigatório, em outros é facultativo. Em recente pesquisa, o Instituto Vox Populi indagou aos eleitores sobre sua simpatia a algum partido político: 56% dos entrevistados citaram espontaneamente alguma agremiação. O mais lembrado foi o PT já que 32% afirmaram simpatizar com ele, significando que o equivalente a 43 milhões de pessoas possuem algum tipo de vínculo. O segundo partido referido é o PMDB, com 10% de simpatizantes, o proporcional a 13 milhões de eleitores. Para o autor, a grande questão não se refere ao eleitor que, independente de qualquer circunstância, possui referenciais para suas escolhas, mas o núcleo do problema – e que justificaria a ausência de vínculos mais sólidos entre partidos e eleitores – é o pequeno esforço mobilizador que os partidos fazem. “Parece que seus dirigentes e quadros só se interessam pela vida interior, nas brigas pelo poder e o controle de recursos que ele enseja” (Coimbra, 2011, p.2).

3. O eleitor brasileiro e a preferência partidária

3.1 O período democrático de 45-64 e o regime militar

As dimensões que dizem respeito às relações entre o eleitor e partido são diversas e imbricadas, especialmente no caso brasileiro. Já há uma tradição consolidada de investigações que se remetem às análises das distintas fases da política brasileira. Tanto o período

democrático (45-64) como o regime militar (64-85) foram objeto de preocupação de vários cientistas políticos que procuraram desvendar a lógica e os padrões que configuraram as relações entre o eleitorado brasileiro e os partidos. Não temos evidentemente a pretensão de apresentar a ampla gama de trabalhos que trataram de avaliar as conexões entre o eleitorado e as legendas nas fases acima mencionadas. Objetivamos nesta seção apenas apresentar algumas questões centrais de obras clássicas que nortearam o debate e posteriormente delinear os caminhos trilhados e resultados alcançados de investigações que se debruçam em analisar especificamente a questão na nova democracia brasileira.

As pesquisas sobre a questão partidária do período democrático de 45-64 se concentraram preponderantemente em averiguar o nível de amadurecimento e o perfil da institucionalização dos partidos no período. De forma geral, a linha de preocupação dos investigadores baseou-se em elaborar um diagnóstico sobre a capacidade ou não do regime democrático estabelecer laços partidários na sociedade brasileira, dada a tradição de uma cultura política anti partidária e a existência de partidos frágeis, desvinculados de bases sócio-econômicas sólidas. Além das divergências dos “laudos” sobre a natureza e as causas formatadoras do perfil dos partidos e do sistema partidário vigente na época e o impacto destes sobre a desestabilização do sistema político em questão, os trabalhos clássicos indicaram perspectivas distintas de um processo em curso (Peterson, 1962; Campello de Souza, 1976; Santos, 1987, Lavareda, 1991; Soares, 2001). De forma sintética, por um lado a defesa do diagnóstico de um realinhamento das forças partidárias. Ou seja, a fragilização de algumas legendas importantes e a estruturação/fortalecimento de outras organizações partidárias apontando indícios de um enraizamento eleitoral de algumas legendas. Por outro, a tese de que os partidos vigentes no cenário do regime democrático não vingaram romper com suas fragilidades, sendo organizações com vínculos tênues com o eleitor.

Parte predominante destes estudos se deteve em observar nas investigações empíricas a ótica da conexão do resultado eleitoral e da representação política com as legendas existentes. Procuraram assim detectar evidências sobre o perfil das bases de sustentação dos partidos do ponto de vista sócio-econômico e regional. Nesta vertente o resultado eleitoral e a representação das legendas foram indicadores centrais que serviam de alicerce para reforçar ou refutar as teses a respeito de um processo em curso de institucionalização dos partidos. Neste sentido, as conexões entre o eleitor e o partido foram avaliadas fundamentalmente no comportamento eleitoral e com dados agregados. Um exemplo clássico são as investigações de Simão (1956) e de Oliveiros Ferreira (1964) que procuraram averiguar a relação da votação de partidos com classes sociais, apresentando evidências de bases eleitorais do PCB e

PTB em regiões mais industrializadas e de expressão de votação de trabalhadores. No entanto, são escassas as investigações do período baseadas em *surveys* que se detivessem mais especificamente em dados a respeito das opiniões do eleitor sobre os partidos da época. Nesta linha merecem destaque dois trabalhos que se concentraram em ver as conexões da preferência partidária e o perfil deste eleitor. Esta perspectiva é importante, pois o fato de um partido ter uma votação e representação significativa não nos permite avaliar “mais de perto” de que forma e em que medida este resultado, fundamentado na dimensão da decisão do voto do eleitor, reflete uma sintonia com a determinada legenda. Soares (2001, p. 235), em pesquisa de opinião aplicada no então estado da Guanabara nas eleições de 1960, aponta a correlação estreita entre a preferência partidária e o perfil do eleitor, ressaltando ainda a importância da preferência partidária na decisão do voto: “consciência de classe e a preferência partidária foram instrumentos poderosos para a análise da intenção de voto por Lacerda naquelas eleições na Guanabara.” (Soares: 2001, p. 217). O autor apresenta um alinhamento da distribuição da preferência pelo PTB na zona norte e UDN na zona sul do estado.

Por sua vez, se utilizando de relatórios do IBOPE, Lavareda (1991, 135-139) observa que em importantes capitais brasileiras e municípios do interior havia uma identidade partidária expressiva antes do golpe de 64², comparável ao nível de várias democracias consideradas consolidadas. O estudo também apresenta indícios de uma evolução estável das preferências partidárias no país no período de 45-64. Além de chamar a atenção para este aspecto, o trabalho também evidencia os diferenciais da preferência partidária com classes sociais, concluindo: “As classes média e alta eram o território especial da presença da UDN...Quando a atenção se desloca para as classes pobres, assoma uma preferência majoritária pelo PTB...”

Durante o regime militar, apesar do sistema bipartidário artificialmente implantado em 1965, é aventado por vários estudos a formação de um processo de preferência partidária especialmente a partir de 1974. Em uma coletânea organizada por Lamounier e Cardoso (1978) alguns autores avaliam a partir de *surveys* a dimensão da preferência partidária do eleitor em regiões importantes do país. No artigo de Lamounier, a conclusão da pesquisa sobre o eleitor paulista quando perguntado sobre a sua preferência³ pelos partidos existentes é não somente a constatação da existência de uma grande parcela com preferência partidária⁴

² Nas capitais 64%.

Pergunta elaborada pelo IBOPE (março de 1964) : *Qual é o partido de sua simpatia?*

³ Pergunta elaborada pela pesquisa: “*O sr. gosta mais de (ou se sente mais identificado com) alguns dos partidos atuais, Arena e MDB?*”

⁴ Entre as mulheres 81,25% manifestaram preferência partidária e entre os homens 79,7%.

mas esta associada às clivagens sócio-econômicas e diferenciais de opinião política: “...os dados apresentados até aqui permitem portanto afirmar com segurança que a eleição paulistana, embora amplamente majoritária, teve também um caráter claramente diferencial, em termos sócio-econômicos, e *partidário*, no que diz respeito à orientação subjetiva do eleitor.”, “...o eleitorado se diferenciou bastante, associando distintas imagens aos dois partidos e representando de maneira também distinta as diferenças entre eles.” (Lamounier, p. 29, 37).

Na mesma coletânea as investigações de Reis, no que diz respeito à preferência partidária na eleição de 1974 na capital mineira, chegam a alguns resultados semelhantes. No survey o autor não somente aponta um alto percentual de eleitores que manifestaram preferência partidária, mas delinea um perfil em que as distinções das preferências estão associadas às clivagens sócio-econômicas e distintas percepções vinculadas aos posicionamentos dos partidos em relação ao regime e ao MDB como o partido de imagem “antigoverno”, “antielitista” e “dos pobres” e ARENA a legenda dos “ricos”, do “governo” (Reis, p. 138, 148, 149).

Reforçando os diagnósticos acima aventados em outro livro, organizado por Reis em 1978, os trabalhos de Trindade e De Cew (1978, p. 186, 190) referentes a um survey no município gaúcho de Caxias do Sul também revelaram taxas de identificação partidárias muito significativas no eleitorado, alcançando 78%⁵. Segundo os autores ela não foi somente uma variável fundamental na estruturação do pleito no município, bem como espelhou diferenciações sócio-econômicas. Corroborando com estes dados limitados por municípios, Olavo Brasil (1978, p. 122, 142)⁶ detectou altas porcentagens de preferência partidárias no município de Niterói, e a respeito das distinções sócio-econômicas do eleitor conclui: “A considerar isoladamente os efeitos dos indicadores sócio-econômicos sobre a intenção de voto, observou-se que quanto mais alta a posição do eleitor na ocupação, maior a probabilidade de preferir ele a ARENA e quanto maior sua renda, maior a tendência arenista. Já o grau de escolarização exerce um impacto no sentido de favorecer a oposição: quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o eleitor votar no MDB.”

No entanto, apesar das perspectivas positivas, vários autores observaram a debilidade e porosidade sobre a natureza e consistência destes achados. Santos (1978) destacou o cuidado necessário na avaliação das opiniões fornecidas pelo eleitor, dado que constituíam de fato “sentimentos genéricos” especialmente provindos do clima político do período, carecendo de identidades consolidadas e estáveis. Na mesma linha, Reis (1988) chamou

⁵ A pergunta elaborada no survey era: “O sr. se considera da ARENA, do MDB, ou nenhum dos dois?”

⁶ Organizado por Fábio Wanderley Reis.

atenção sobre a inconsistência substantiva e ideológica da natureza da identidade partidária detectada no eleitor brasileiro, onde esta seria semelhante ao “clima” de um torcedor de time de futebol por ele denominado “eleitor tipo flamengo”. Olavo Brasil também frisou ter encontrado em sua pesquisa correspondências tênues e fluídas entre a preferência partidária do eleitor de Niterói e suas percepções, detectadas na baterias de perguntas sobre opiniões e atitudes políticas do entrevistado. Apesar das especificidades do contexto das eleições acima mencionadas (Lamounier, 1980; Moreira Alves, 1984; Kinzo, 1988, Arturi, 1995) e da discussão da natureza da preferência partidária do eleitor, envolvendo aspectos que tratam desde o debate sobre a sua consistência e perfil (ideológica, plebiscitária/conjuntural, pragmática, afetiva, etc.) até a sua durabilidade/longevidade, a reforma partidária de 1979, com a implantação do multipartidarismo e a transição política traz um novo cenário.

3.2 A nova democracia

As dificuldades de uma grande parcela do eleitorado se confrontar com o amplo leque das ofertas partidárias inflacionadas especialmente no final da década de 80 advindas especialmente dos desapontamentos com o maior partido que liderou o processo de transição (PMDB) e da conjuntura política instável, impactam de forma abrupta e negativa sobre os percentuais da preferência partidária. No ano da primeira eleição presidencial da nova democracia em torno de 50% do eleitorado brasileiro não manifestou preferência partidária⁷. Impressiona se nos remetermos ao ano de 2011, e observarmos que de acordo com o DATAFOLHA⁸ 61% dos entrevistados informaram não ter preferência por um partido. Os diagnósticos e o debate contemporâneo a respeito da questão da identidade partidária são de forma geral pessimistas. Sendo assim, se esta variável vem perdendo “terreno”, então à primeira vista não teria muito sentido e significado avaliá-la como um diferencial de comportamento e de atitudes do eleitorado. No entanto, apesar da queda ou baixas taxas constatadas nos percentuais da preferência partidária, tem havido uma série de estudos sobre a temática e os trabalhos não apresentam um consenso em suas conclusões.

A produção acadêmica que trata de avaliar a preferência partidária do eleitor brasileiro no período multipartidário se destaca basicamente em análises de quatro dimensões do fenômeno. Uma procura especialmente diagnosticar a evolução das taxas de preferência partidária. Apontando seu declínio, intenta traçar o seu perfil, bem como detectar suas causas

⁷ Dados de pesquisa nacional do relatório IBOPE (julho/1989), retirado de Lavareda (1991, p. 142).

⁸ Pesquisa aplicada nos dias 9 e 10 de junho de 2011.

http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1144

Pergunta: “Qual é o seu partido político de preferência?”

no sistema político brasileiro vigente (Lavareda, 1989; Balbachewsky, 1992; Kinzo, 1992; Meneguello 1994; Carreirão, Kinzo, 2004; Kinzo 2005, Veiga, 2007; Paiva, Braga, Pimentel, 2008; Carreirão, 2009). A segunda concentra-se mais especificamente em captar a lógica e a dinâmica da estruturação e decisão do voto sob o ponto de vista da identificação/preferência partidária. A terceira se debruça em decifrar a composição sócio-econômica do eleitor que expressa identidade partidária, tendo como preocupação básica avaliar comparativamente os elementos diferenciais do eleitor com e sem preferência partidária. Por fim, a dimensão mais “substancial” do fenômeno. Esta tem o sentido de avaliar a natureza, significado e consistência da identidade partidária, observando não somente sua capacidade de manter laços estáveis/contínuos ao longo do tempo, mas também seu “conteúdo” no que diz respeito à sua correlação com comportamentos, atitudes e ideologias políticas.

Como já referido acima, os dados que deflagram baixa taxa de preferência partidária na nova democracia são visíveis. Quanto a este aspecto há uma unanimidade apontada pelos autores, mesmo baseando-se em diferentes fontes e metodologias de pesquisas de opinião. O trabalho de Lavareda (1991) sustentado em pesquisa do IBOPE indicou um declínio em 1989 com uma taxa em torno de 50% de preferência no início do período da nova democracia e as tendências achadas em outros períodos posteriores nos estudos do ESEB⁹ de 2002 e 2006, com 39% e 28% respectivamente confirmam uma queda. Na pesquisa do DATAFOLHA de 2011 há a constatação de uma recuperação com 37% de preferência partidária. As diferenças podem estar sinalizando algumas variações amostrais e metodológicas, além de uma recuperação do PT, advindas da conjuntura favorável à legenda principalmente nos últimos dois anos¹⁰. Mesmo assim os dados ainda confirmam a baixa taxa.

Em relação ao perfil das quedas as investigações responsabilizam especialmente o peso dos dois partidos que lideram a preferência partidária no período democrático em questão, o PMDB e o PT. O primeiro teve suas taxas reduzidas especialmente com o desgaste do governo Sarney e as altas cifras da inflação (Carreirão e Kinzo, 2004), e o segundo principalmente com a conjuntura de denúncias de corrupção ligadas ao PT em 2005 (Paiva, Braga e Pimentel, 2008).

Ainda na dimensão das baixas taxas de preferência, no que tange às suas causas, há uma série de variáveis que são ressaltadas pelos investigadores. Afora questões que tratam de um debate sobre uma tendência geral, não sendo exclusivamente um fenômeno que atinge o Brasil, mas de forma mais abrangente as democracias contemporâneas inseridas em um novo

⁹ ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro é um projeto coordenado pelo CESOP/UNICAMP. Informações adquiridas de Veiga, 2007.

¹⁰ Partido com maior preferência apresentado entre os entrevistados.

contexto sócio-econômico e cultural são elencadas especificidades do sistema político brasileiro. Balbachewsky (1992) responsabiliza as profundas alterações com as desregulações advindas com a abertura, a redemocratização e a nova constituição produzindo um quadro partidário de difícil entendimento ao eleitor que reagiu com desinteresse. Na mesma linha, Kinzo (2005) identifica uma gama de fatores institucionais que dificultam o desenvolvimento de laços partidários mais sólidos com o eleitor brasileiro, entre eles: um sistema de regras eleitorais complexo (sistema majoritário, sistema proporcional com lista aberta, permissão de alianças), fragmentação do sistema partidário e poucos recursos de incentivos organizacionais constrangedores aos atores produzindo por um lado uma realidade pouco inteligível ao eleitor e por outro legendas frágeis.

Quanto à segunda dimensão, ou seja, o impacto da preferência partidária sobre a decisão do voto, Balbachewsky (1992) baseando-se em dados dos arquivos do IDESP e CEDEC/Datafolha avaliando não somente dados referentes ao período do regime militar, mas também o ano de 1989, destaca que a identidade partidária é um importante norteador/diferenciador não quanto ao “grau de estruturação ideológica” (p. 155), mas para o balizamento e estruturação das opiniões e atitudes: “a identificação partidária diferenciou as atitudes do eleitorado em todas as eleições que estamos analisando e para todos os níveis de escolaridade”. Concluindo que: “Aqui, como em outros lugares, a identificação partidária pode ser tomada como uma variável resumo, que singulariza na população a parcela mais disponível para a participação política.” (p.162).

Trabalho de referência que defende a tese da importância da variável preferência partidária na composição da decisão do eleitor é a tese de Castro Machado (1994). A autora baseando se em um *survey* nacional do Instituto Vox Populi e outra pesquisa elaborada pelo Departamento de Ciência Política da UFMG destaca que “a intenção de voto está altamente correlacionada com a preferência partidária do eleitor” (1994, p. 108). A tese de Castro Machado apresenta a configuração de um eleitor sofisticado, representando, no entanto, uma minoria que se orienta a partir de busca de informações sobre os partidos e os candidatos. Este eleitor é fundamentalmente caracterizado por apresentar determinadas características sócio-econômicas, especialmente com um nível de educação mais elevado. A maioria do eleitor não tem este perfil e a pesquisa ainda indica que as preferências partidárias não se apresentam estáveis. Seguindo a linha de que a preferência partidária constitui uma variável formatadora da decisão do voto, o trabalho de Singer (2000) analisa as duas primeiras eleições presidenciais da nova democracia brasileira a partir de um *survey* em que o entrevistado se autolocaliza na escala esquerda-direita e chega a resultados que corroboram a tese da capacidade preditiva da preferência partidária nas razões do voto. Sobre a eleição de 1989 a

autor conclui: “O melhor dos preditores, no entanto, foi a preferência partidária. Os eleitores que se identificam com os partidos de esquerda tendem fortemente a votar nos candidatos de esquerda, o mesmo ocorrendo para os eleitores com preferências no centro e à direita em relação aos candidatos de centro e direita” (p. 86) e a respeito do pleito de 1994 afirma: “além do grau de satisfação com o real, a preferência partidária e a identificação ideológica forma importantes preditores do voto em 1994.”(p.126).

Por sua vez, Carreirão e Kinzo (2004) destacam, com ressalvas, que as conclusões de Singer devem ser vistas com parcimônia, dado que os achados do autor, sobre a preditividade da preferência partidária na decisão do voto, se remetem apenas ao universo daqueles que manifestaram ter um partido preferido. Ainda, de acordo com os autores, é preciso considerar que os coeficientes achados por Singer “não medem a relação direta entre preferência partidária e intenção de voto, mas a relação entre posicionamento ideológico dos partidos e a decisão do voto nos candidatos” (p. 139). Mesmo assim, os autores chegam a uma conclusão de que a preferência partidária não é uma variável a ser desconsiderada na formatação da decisão do voto: “Quanto à preferência partidária, a situação é mais complexa, uma vez que parte dos eleitores vota no candidato de seu partido preferido e parte não. Na verdade haveria por volta de 30% de eleitores apenas para quem a preferência partidária poderia ter influenciado o voto nas quatro eleições presidenciais aqui analisadas” (p.160).

Há outras investigações que chegam a conclusões positivas (Nicolau, 2007), mas as divergências com estes achados podem ser vistos em outras perspectivas que problematizam a percepção da importância da preferência partidária na decisão do voto (Silveira, 1998). Um dos trabalhos mais recentes que se dedica em detectar as preferências partidárias do eleitor brasileiro baseando-se em pesquisas do ESEB (2002/2006) é o de Paiva, Braga e Pimentel (2007). Apesar de não correlacionar diretamente a variável preferência partidária com decisão de voto¹¹, a análise salienta que, mesmo havendo diminuição das preferências, há um percentual que não pode ser desprezado: “no Brasil existe uma parcela do eleitorado que é influenciada pelos partidos em sua decisão na hora de votar, o que demonstra que eles, em alguma medida, contribuem para estruturar o voto”.

No que diz respeito à terceira dimensão, ou seja, a composição sócio-econômica do eleitor que expressa identidade partidária, um estudo de Singer (1990) avaliando a eleição presidencial de 1989 em São Paulo, detecta relações estreitas entre voto e perfil sócio-econômico: “A votação de Collor é maior na região deteriorada próxima ao centro da cidade e

¹¹ As autoras destacam a análise nas perguntas “*Algum partido político representa a sua maneira de pensar*”, “*Gosta de algum partido político*”, mas não avaliam estas respostas na decisão de voto em si.

na última periferia. A de Lula cresce conforme caem a renda e as condições sócio-econômicas. A de Covas é mais alta nos bairros ricos e a de Maluf nos bairros intermediários”. Como o autor se fundamenta em resultados eleitorais e não em um survey, não é possível avaliar em que medida a identidade partidária é correlacionada com as diferenciações encontradas. Já Balbachewsky (1992) baseando se em pesquisa de opinião destaca a variável escolaridade como importante diferenciador, indicando que maiores níveis de escolaridade propiciam taxas mais altas de identidade partidária.

A preocupação em desvendar as relações entre preferência partidária e suas bases sócio-econômicas na nova democracia está presente em outros trabalhos sustentados em surveys e não em resultados eleitorais, como nos Castro (1994) de Carreirão (2002), Kinzo (2005). Os achados apresentam a escolaridade como uma variável distintiva para a composição do eleitor com preferência partidária e indicam que maiores níveis de escolaridade impactam positivamente na taxa de preferência. Como afirma Kinzo (2005, p. 70): “A existência de uma correlação positiva entre escolaridade e preferência partidária – mesmo que não muito alta – sugere a hipótese de que a complexidade e a baixa inteligibilidade do jogo eleitoral no Brasil requerem, por parte do eleitorado, uma forte predisposição para obter informação política, o que é mais provável ser encontrado entre os eleitores de maior escolaridade.”.

No entanto, o trabalho recente de Paiva, Braga e Pimentel (2007) não confirma esta tendência. Também o artigo de Veiga (2007) destaca que houve uma redução do nível de escolaridade dos eleitores que manifestaram preferência partidária. Quanto às avaliações de associações ente renda e preferência partidária é conhecida a investigação de Reis e Castro (1992) em pesquisa aplicada em importantes capitais do país no início da formatação do sistema multipartidário. Os autores não detectam conexões e indicam que este achado provavelmente seja fruto da precoce existência do sistema partidário ainda em formatação: “A observação mais clara a assinalar é talvez a consequência mais geral da reformulação partidária recente: a de que tendem a ser fracas ou nulas as relações entre o nível de renda e a preferência partidária” (p. 94)

A autora detecta comparativamente que em 2002 os eleitores com maiores rendas, daquele eleitorado que apresentou identidade partidária, concentraram se no PT e PSDB e os menores no PMDB. Ao mesmo tempo o estudo indica mutações de perfil em 2006. O identificado com o PT apresentou queda na renda média e com o PMDB, houve um caminho inverso. Estas informações são indicativas da instabilidade da sustentação das preferências partidárias de dois importantes partidos atuantes no cenário político brasileiro.

Esta observação mencionada acima trata da quarta dimensão destacada nas análises, o de relação da identidade partidária com sua “substância”. Um aspecto central é a questão da capacidade das legendas estabelecerem laços duradouros de taxas de preferência bem como construir relações fiéis, conseguindo manter suas bases o que parece não estar acontecendo nos últimos anos. Apesar de não avaliar especificamente a correlação entre identidade partidária e perfil sócio econômico, o artigo de Martins J. corrobora com a perspectiva da instabilidade de laços partidários e mudanças na composição social da base das preferências partidárias no Brasil (Martins J., 2009, p.90). O autor observa comparativamente as bases sócio-econômicas do voto do PT nas eleições presidenciais (2002 e 2006) e detecta mudanças significativas: “Até 2002, o partido obtinha melhores chances entre os mais jovens, os mais escolarizados, os pertencentes à PEA, na região Sul e nas capitais regiões metropolitanas. Na eleição de 2006, essas chances invertem-se e o partido passa a obter melhores resultados entre os mais velhos, os menos escolarizados, os que estão fora da PEA, fora da região Sul e fora das capitais e regiões metropolitanas. Isso significa que ocorreu uma transformação profunda na base de apoio socioeconômico do partido quando este se tornou governo.”.

Na perspectiva de não somente verificar se a preferência partidária mantém laços estáveis/contínuos ao longo do tempo, mas também se esta é provida de “conteúdo” e significado no que diz respeito ao seu correlacionamento com comportamentos, atitudes e ideologias políticas, há trabalhos que tem apontado um pragmatismo do eleitor brasileiro. Nesta linha, conteúdos ideológicos, coadunados com comportamentos, percepções e atitudes, estariam perdendo força na formatação da decisão do eleitorado (Carreirão, 2002 e 2008). Sendo assim, outras variáveis como avaliação de governo estariam compondo mais consistentemente o comportamento do eleitor. Cabe então uma avaliação mais focada sobre a identidade partidária e a variável avaliação de governo no universo do eleitor que manifesta preferência partidária, isto traria algumas luzes nas reflexões. Aqui é justamente o que julgamos fundamental averiguar, em que medida a preferência partidária está sendo condicionada pelas flutuações da avaliação de governo, sendo, portanto, uma preferência fundamentada em elementos avaliativos pragmáticos, sustentada na conhecida teoria do eleitor econômico orientado por um cálculo baseado em “perdas” e “ganhos”.

4. O voto em Porto Alegre: a tradição de centro-esquerda

Quando, em 1947, Porto Alegre realizou sua primeira eleição municipal dentro de uma ordem democrática, os partidos políticos já se encontravam organizados, com a obrigatoriedade de serem estruturas nacionais e traziam as marcas dos últimos quinze anos do governo de Vargas. A criação do PSD, UDN e PTB obedeceu à lógica da estruturação

ocorrida no resto do país, mas rapidamente o jogo político se diferenciou na medida em que o Partido Libertador ocupou o espaço do campo político liberal – em princípio da UDN – e o PTB fortaleceu-se em oposição ao PSD. O bipartidarismo imposto pelo regime militar (MDB e Arena) referendou a polarização anterior. Trabalhistas e partidos de base popular se reagrupam no MDB, enquanto que os “anti-PTB” se unem na ARENA. Nas eleições para vereador em Porto Alegre, no entanto, observa-se praticamente a dominação do MDB que, em 1976, chega a abranger 2/3 da Câmara Municipal (Trindade, Noll, 1996, 2004).

Com a abertura política em 1982 e o teste do multipartidarismo restrito, observa-se em Porto Alegre o peso da tradição trabalhista e a liderança de Leonel Brizola. Nas eleições para governador o PDT faz o seu maior número de votos na capital (181.330 votos contra 177.575 do PMDB e 154.399 do PDS). O equilíbrio entre as três forças políticas em Porto Alegre se reflete na Câmara de vereadores: os dois partidos opositoristas (PDT e PMDB) ficam com 11 cadeiras cada, o PDS com 10 e o PT com 1. As eleições municipais de 1985 dão a vitória ao trabalhista Alceu Collares (42,72% dos votos). Nesta eleição PT comemora o terceiro lugar com 11,35 % e, durante o governo Colares (1985-1988), o partido cresce especialmente a partir de sua militância nos movimentos comunitários, liderando a UAMPA¹² e encabeçando as discussões acerca dos Conselhos Populares adotados pela gestão do PDT. Esse quadro se reflete na eleição seguinte, em 1988, quando o PT elege Olívio Dutra prefeito, com 34,34% dos votos e amplia sua bancada na Câmara de Vereadores de 1 para 9 cadeiras, tornando-se a segunda maior força na casa.

Em 1992, o PT mantém-se no poder elegendo Tarso Genro. A reeleição de um mesmo partido era uma façanha alcançada pela última vez em 1926. O partido consegue eleger um vereador a mais que na eleição anterior e somando-se aos partidos aliados, mantém as 11 cadeiras (PT com 10 e PCB/PPS com 1). A oposição, porém, cresce com o surgimento do PTB na câmara já com 5 vereadores, sendo a terceira bancada. Ao todo, a oposição soma 13 cadeiras. A eleição de 1996 marcou o ponto máximo da dominação petista em Porto Alegre: Raul Pont se elege prefeito em primeiro turno e o partido conquista 12 cadeiras na Câmara. Somado às cadeiras da base aliada, o governo fica com 15 cadeiras, contra 14 da oposição. O PDT sofre uma redução evidenciando a drástica erosão do trabalhismo. A redução do centro político (PDT) polarizou e acirrou o conflito entre governo e oposição na esfera legislativa. Essa maior articulação da oposição somada ao desgaste da base governista se refletiu na eleição seguinte, em 2000, quando a bancada opositorista assume 16 cadeiras contra 12 da

¹² Associação de moradores.

bancada governista. Não obstante o recuo no legislativo, o PT consegue, pela quarta vez consecutiva reeleger seu candidato à prefeitura: Tarso Genro se elege no segundo turno contra Alceu Collares. O PT de Tarso elege 10 vereadores e o PDT de Collares, elege cinco. O PTB se torna a segunda maior bancada, com seis vereadores. O quadro político mostra um campo dividido entre dois partidos de base popular, ideologicamente definidos, com tradição de militância entre seus simpatizantes, mas evidenciando a ascensão de uma máquina clientelista (PTB) que inicia um processo de captação do voto periférico e facilmente cativo das benesses partidárias.

As eleições municipais de 2004 marcam o sucesso da união da oposição e o declínio do PT em Porto Alegre. Depois de 16 anos, a “Frente Popular” perde a prefeitura para a aliança PPS/PTB, encabeçada por José Fogaça. O PPS, antigo PCB, não tinha tradição na cidade e até então tivera apenas um vereador, a compreensão desse voto só é possível pelo fato de que largo contingente do PMDB, entre os quais o próprio Fogaça, migrara para o PPS. Já o PTB presente na política porto-alegrense desde 1992, era tributário de uma lógica que articulava clientelismo com forte inserção nas igrejas pentecostais. Na Câmara, o declínio petista também é visível: a bancada cai para oito vereadores, sendo apenas dois de primeiro mandato. Em 2008, a eleição municipal apresenta características interessantes na perspectiva da análise da persistência do voto centro-esquerda em Porto Alegre. Na medida em que a eleição se colocava numa conjuntura estadual de enfrentamento PMDB x PT, tendia a reproduzir alguns mecanismos clássicos da polarização. Entretanto, o PMDB introduziu uma variável que poderíamos chamar de risco: Fogaça candidatava-se à reeleição, num estado em que a alternância tem sido uma constante. Desde a instituição da reeleição nenhum candidato que pleiteou a recondução obteve êxito se tomarmos as eleições para governador ou para a prefeitura de Porto Alegre. O fato de quatro candidatas disputarem o mesmo eleitor, posicionado no campo da esquerda, é importante de ser ressaltado. Porém, temos que destacar, também, fatores que terminaram pesando negativamente para essas candidatas: nenhuma ampliou suas propostas no sentido de capturar o voto do eleitor mediano, não identificado a um partido e situado no centro do campo político. Ressalte-se ainda que as candidatas não investiram na busca do voto feminino com uma agenda diferenciada que abordasse questões de gênero e, finalmente, desenvolveram uma estratégia de campanha que não visou, prioritariamente, a crítica ao prefeito – aceito implicitamente como já no segundo turno – mas que levou o conflito para o interior do campo da esquerda. Não resta a menor dúvida que esta foi uma das grandes vantagens usufruídas pelo PMDB.

Quando analisamos os dados eleitorais, parece claro que, em Porto Alegre de 2008, o eleitor buscou estruturas partidárias sólidas, articuladoras de projetos políticos com ressonância na memória; as variáveis renda e educação, quando relacionadas aos percentuais de voto PT ou PMDB por bairro mostraram consistência; a presença de um campo político polarizado dentro de um espectro centro-esquerda permaneceu e, a existência de uma pulverização das identidades políticas de esquerda, conduziu o eleitor a escolhas que se situam no centro, identificado, neste momento, ao PMDB, acentuando o que pode ser visto, também, como um “anti-petismo” difuso, já que Fogaça fez uma margem substantiva de votos em todos os bairros, mesmo naqueles em que a esquerda tradicionalmente dominou.

“Examinando os votos obtidos em 2004 pelo candidato do PT em cada bairro da cidade e comparando esta informação com os dados demográficos do IBGE, pode-se detectar uma expressiva correlação negativa [$r=-0.774$, significativa a 5%] entre eleitores petistas e renda média de cada bairro. Em escala um pouco menor [$r=0.492$] verifica-se uma associação inversa entre votos no PT e escolaridade média por bairro. Traduzindo, isso significa que quanto maior a renda e escolaridade médias de um determinado bairro, menor a votação obtida pelo PT, marcando seu divórcio em relação ao eleitorado de classe média na cidade (Marengo, 2009, p.72).”

Ao compararmos os dados de 2004 e 2008, podemos observar que em 2004 o PT detinha importante parcela do voto porto-alegrense, ancorada nos dezesseis anos de administração da prefeitura. O peso desse voto retrospectivo pode ser observado na avaliação positiva do governo (que garante a Pont 37,6% dos votos) como pela frase central da campanha de Fogaça – “fica o que está bom e muda o que não está” – que significa o reconhecimento das políticas implementadas, principalmente o Orçamento Participativo. Fogaça contava com o esgotamento do modelo petista de governar. Em 2008 ele apresentou seu governo como “o bom governo”. Marengo, em artigo já citado, chama a atenção para o fato de que em março de 2008, o governo Fogaça era avaliado como “ótimo/bom” por 25% dos entrevistados, enquanto 32% o classificavam como “ruim/péssimo” em pesquisa Vox Populi. No final do primeiro turno, em pesquisa Ibope (ressalvadas aqui as diferenças metodológicas), 46% dos eleitores atribuíam “ótimo/bom” à administração do prefeito. Se em 2004 o mote de campanha era a promessa de continuar o que estava bom, em 2008 foi “a mudança não pode parar”, atribuindo ao seu governo a perspectiva de avanços onde ainda não havia sido possível.

Considerando a tradição de um voto centro-esquerda (Tabela 1) e a tendência de padrões de comportamento eleitoral que Trindade (1978) configurou para o Rio Grande do Sul, mas que validou para Porto Alegre (1978, p.183) – (1) estabilidade, (2) polarização, (3) dominação do trabalhismo (que a partir dos anos 90 transferiu-se para o PT), (4) declínio do

conservadorismo, e (5) inviabilidade de criação de uma terceira força como alternativa torna-se fundamental identificar os traços que constituem esse eleitor. Do ponto de vista do comportamento eleitoral e das bases de representação dos partidos já há análises consolidadas, cabe agora avaliar especificamente a evolução e o perfil do eleitor porto-alegrense com identidade abrindo uma perspectiva enriquecedora para avaliar mais “de perto” o fenômeno.

TABELA 1 – Resultado das Eleições para a Prefeitura de Porto Alegre entre 1951 e 2008.

ANO	% DE VOTAÇÃO	ESPECTRO PARTIDÁRIO		
		ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
1951	48,39%		PSD	
1955	55,14%	PTB		
1959	49,29%		PDC	
1963	44,62%	PTB		
1985	42,72%	PDT		
1988	34,34%	PT		
1992	54,84%(2º T)	PT		
1996	54,58%(1º T)	PT		
2000	59,62%(2º T)	PT		
2004	53,32% (2ºT)		PPS	
2008	58,95% (2ºT)		PMDB	

Fonte: Banco de Dados Eleitorais, NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense, UFRGS.

Nota: 1º T e 2º T - 1º Turno e 2º Turno da eleição majoritária.

5. Traçando um perfil: o eleitor porto-alegrense e a preferência partidária

5.1 O eleitor com e sem preferência partidária em Porto Alegre

É importante salientar que os índices de preferência partidária na capital gaúcha estão altamente conectados com a preferência pelos partidos de esquerda e mais precisamente com

o PT. Neste sentido, como veremos, as flutuações da preferência partidária como um todo, estão altamente correlacionadas com a preferência pelo PT.

O gráfico 1 apresenta a evolução da preferência partidária de *surveys* aplicados entre 1988 e 2008. Alguns dados chamam a atenção. Em primeiro lugar, o ano de 1988 foi o ápice, com a maior taxa de preferência constatada em todas as pesquisas disponíveis. A pesquisa foi elaborada após o pleito em que o primeiro prefeito petista (Olívio Dutra) foi eleito, quando o PDT perdeu a prefeitura. Este percentual está muito relacionado ao eleitor de preferência partidária petista, o que indica possivelmente a alta expectativa do eleitorado da legenda diante da aproximação da primeira experiência de administração municipal.

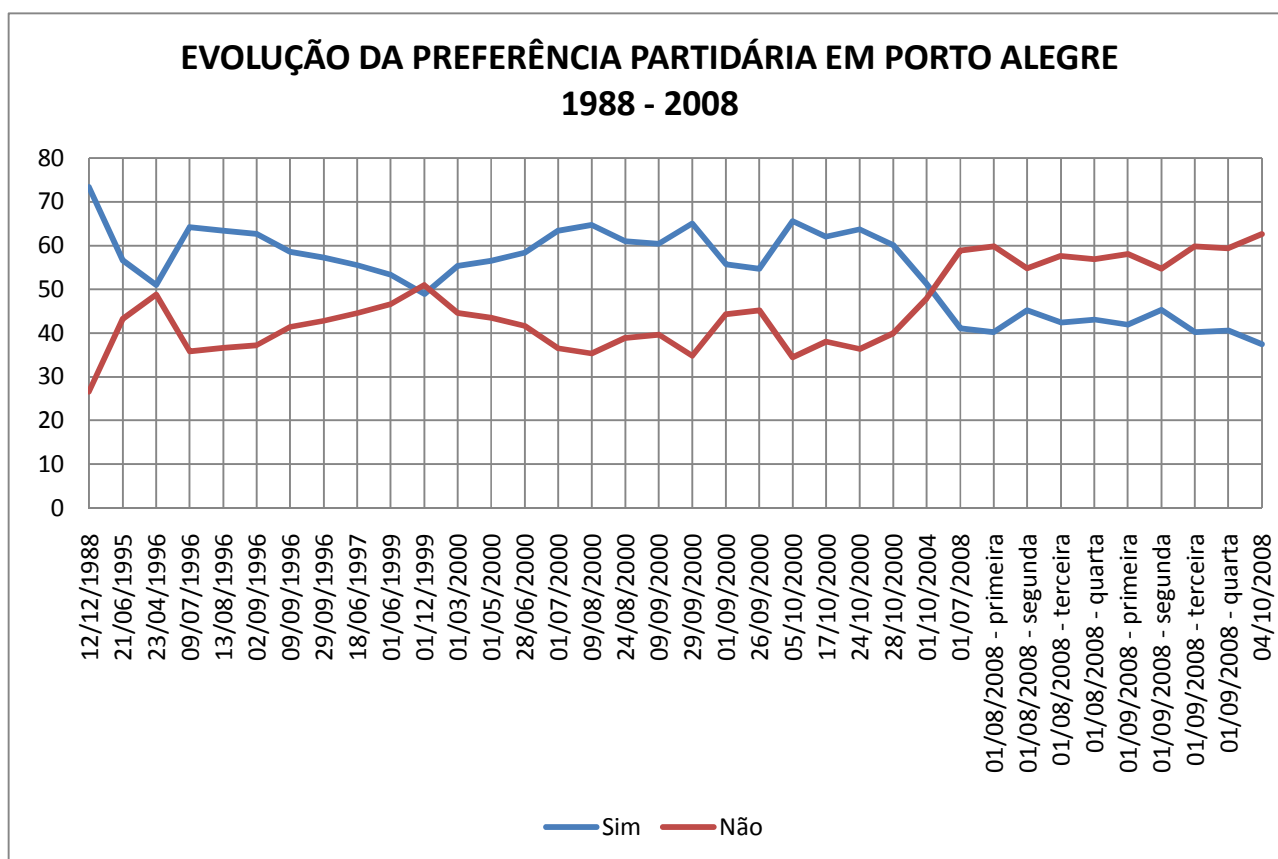
Em segundo lugar há que se notar as taxas relativas aos sem preferência partidária que predominam em dois momentos. O primeiro é observado em uma pesquisa de 1999, mas logo após é recuperada no ano eleitoral de 2000. Esta oscilação, provavelmente está relacionada ao impacto negativo exercido por alguns eventos ocorridos na administração de Olívio Dutra no governo do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi aplicada alguns meses após o epicentro da polêmica em torno da perda da instalação da montadora Ford¹³, que acabou se transferindo para a Bahia. A imediata recuperação dos percentuais de preferência partidária, podem indicar uma reorganização da legenda com o objetivo de enfrentar a disputa eleitoral de 2000 bem como a escolha de um candidato mais próximo do centro político (Tarso Genro).

O segundo momento é 2008 - ano da reeleição do prefeito do PMDB. Avaliando o gráfico, há uma tendência contínua de refluxo da preferência partidária desde 2000 que, a partir de 2004, pode ser observada de forma clara. A pulverização da esquerda em 2008 e a ocupação de um vasto centro pelo PMDB parece ter produzido um efeito no eleitorado que orientou suas escolhas menos por uma identificação ideológica e mais por um cálculo racional sobre seu grau de satisfação com o *status quo*.

¹³ <http://acervo.folha.com.br/fsp/1999/07/27/2/662876>

Acesso: 17.08.2011

GRÁFICO 1



Perguntas: *Você tem um partido de preferência?* (CESOP/UNICAMP-Datafolha). Vide anexo. Exceto 2004. *O Sr (a) tem simpatia ou preferência por algum partido político?* (Neppe- Núcleo de Estudos sobre Poder Partidos e Eleições. PUCRS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). 2004.

5.2 O perfil sócio econômico do eleitor com e sem preferência partidária

Partindo do debate da explicação sociológica do comportamento político, sustentado na perspectiva de que as bases sócio econômicas do eleitor são elementos fundamentais que diferenciam e norteiam as atitudes e comportamentos, tomamos as variáveis sócio – econômicas disponíveis nas pesquisas. O objetivo foi o de avaliar o impacto dessas variáveis sobre o perfil do eleitorado que manifesta ter preferência por uma legenda determinada. Usamos, como critério de escolha, as últimas pesquisas realizadas em cada ano que tínhamos disponíveis.

Na tabela 2 é possível observar que não há um padrão estável ao longo do tempo no que diz respeito à relação preferência partidária e gênero. Em alguns anos é possível detectar diferenças significativas, quando as mulheres manifestam uma tendência maior por preferência partidária (1988 e 2004) ou os homens (1995). Já em outros anos as distinções não são expressivas.

TABELA 2: Preferência partidária e gênero

	MASCULINO		FEMININO	
	COM PREFERÊNCIA	SEM PREFERÊNCIA	COM PREFERÊNCIA	SEM PREFERÊNCIA
12/12/1988	45,6%	48,3%	54,4%	51,7%
20 e 21/6/1995	53,7%	43,4%	46,3%	56,6%
26/09/1996	50,2%	41,2%	49,8%	58,8%
1/12/1999	50,1%	45,1%	49,9%	54,9%
28/10/2000	47,0%	44,1%	53,0%	55,9%
1/10/2004	44,2%	49,1%	55,8%	50,9%
4/10/2008	50,8%	41,8%	49,2%	58,2%

Fonte: CESOP/UNICAMP-Datafolha (1988, 1995, 1996, 1999, 2000, 2008) Vide anexo.

Neppe- Núcleo de Estudos sobre Poder Partidos e Eleições. PUCRS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004)

Na tabela 3 é possível visualizar um padrão que se concentra em um percentual maior de taxas de preferência partidária entre as gerações intermediárias em todos os anos analisados. Entre os entrevistados que manifestaram preferência, predominam os que se encontram na faixa etária de 25 a 34 anos ou a faixa etária de 35 a 44 anos. Nos dois últimos anos analisados há uma alteração, quando os que informaram ter preferência ficam mais concentrados no extrato entre 45 a 49 anos. No entanto as distinções desta faixa, com as mencionadas acima, não são muito expressivas.

TABELA 3: Preferência partidária e idade

	16 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 49 anos		60 anos ou +	
	Com preferê ncia	Sem preferê ncia	Com preferê ncia	Sem preferê ncia	Com preferê ncia	Sem preferê ncia	Com preferê ncia	Sem preferê ncia	Com preferê ncia	Sem preferê ncia
12/12/ 88*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21/06/ 95	19,7%	16,6%	29,7%	24,4%	21,3%	21,9%	19,2%	21,2%	10,2%	15,9%
26/09/ 96	18,1%	13,9%	26,4%	19,3%	26,6%	20,2%	17,5%	29,2%	11,4%	22,8%
01/12/ 99	22,1%	22,8%	28,2%	22,8%	20,5%	19,3%	17,6%	20,0%	11,5%	15,1%
28/10/ 00	16,6%	20,7%	21,4%	19,2%	24,9%	18,6%	21,8%	26,4%	15,3%	19,6%
01/10/ 04	17,6%	20,5%	21,9%	20,9%	20,3%	20,7%	26,8%	21,7%	13,4%	16,3%
04/10/ 08	14,6%	15,3%	22,1%	20,9%	18,9%	18,5%	29,0%	25,0%	15,5%	20,3%

Fonte: CESOP/UNICAMP-Datafolha (1988, 1995, 1996, 1999, 2000, 2008). Vide anexo.

Neppe- Núcleo de Estudos sobre Poder Partidos e Eleições. PUCRS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004).

* As faixas etárias deste survey não puderam ser comparadas, pois as estratificações não eram compatíveis com as outras pesquisas feitas. Em 1988 os extratos foram de 19 a 24 anos, 25 a 39 anos e 40 ou mais.

A escolaridade tem sido uma variável de destaque na discussão sobre seu impacto nas atitudes e comportamento político do eleitor. Para alguns analistas, no caso brasileiro, a escolaridade elevada facilitaria o cidadão compreender a complexidade do sistema partidário brasileiro e assim o tornaria mais próximo a uma legenda com a qual se identificaria. Apesar de os percentuais apresentarem uma relativa instabilidade, a tabela abaixo desvenda dados surpreendentes. Um aspecto que se destaca é a predominância expressiva da preferência partidária entre os entrevistados com baixa escolaridade. O ponto de inflexão é o ano de 2004, quando a preferência partidária não está mais concentrada nessa faixa e, mais do que isso, apresenta os menores percentuais neste estrato. Neste ano, a manifestação por preferência partidária está predominantemente entre os de média escolaridade, seguida tecnicamente empatada com a alta. Já na última pesquisa analisada há uma recuperação significativa dos que tem preferência partidária que apresentam baixa escolaridade e o padrão neste ano é um empate “técnico” com o estrato de média escolaridade. Ressalte-se que nas sete pesquisas avaliadas, os índices de preferência partidária no grupo de alta escolaridade são insignificantes, apenas em 2004 eles mudam com relação às outras faixas consideradas, quando há um empate ”técnico” com a escolaridade média e supera o percentual de baixa escolaridade.

TABELA 4 : Preferência partidária e escolaridade

POSSUI PARTIDO DE PREFERENCIA? *								
	Baixa escolaridade		Média escolaridade		Alta escolaridade		Não respondeu	
	Com Preferência	Sem preferência	Com Preferência	Sem preferência	Com preferência	Sem preferência	Com Preferência	Sem preferência
12/12/88	46,2%	55,8%	32,3%	19,2%	21,5%	25,0%	0%	0%
26/06/95	65,2%	66,4%	21,6%	21,4%	12,4%	10,9%	7%	1,2%
29/06/96	37,5%	49,1%	40,3%	32,4%	22,0%	18,4%	0%	0%
14/12/99	60,4%	58,5%	30,2%	30,2%	12,5%	18,05%	0%	0%
28/10/00	49,8%	52,5%	30,2%	26,6%	20,0%	20,8%	0%	0%
01/10/04	24%	30,3%	38,9%	35,4%	38,8%	37,8%	0%	0%
04/10/08	38,9%	39,1%	39,3%	38,2%	21,7%	22,9%	0%	0%

Fonte: CESOP/UNICAMP-Datafolha (1988, 1995, 1996, 1999, 2000, 2008). Vide anexo.

Nepe- Núcleo de Estudos sobre Poder Partidos e Eleições. PUCRS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004).

*Devido à estratificação diferenciada de alguns *surveys* utilizados reclassificamos a variável em alta, média e baixa escolaridade

Baixa escolaridade = Até primeiro grau/primário/fundamental/ginásio completo (incluindo analfabeto)

Média escolaridade = Segundo grau/ensino médio/colegial incompleto até completo

Alta escolaridade = Superior incompleto até Pós-graduação

Na tabela 5 é possível observar certo padrão constante. Por um lado, os que manifestaram preferência se concentram claramente nas faixas de renda intermediárias (3 e 4). Apenas no primeiro ano analisado (1995) ela se concentrou na faixa 2 seguida da 3 com diferenças expressivas entre os percentuais. Por outro, se destaca que entre aqueles que têm preferência as faixas de renda alta (6 e 5) apresentam os menores percentuais de forma muito clara. Em praticamente todos os anos analisados a faixa de renda mais alta (6) é a que menos inclui os integrantes do universo com preferência. Somente no ano de 2004 há um empate, quando a faixa de renda 5 apresenta os menores percentuais de preferência.

TABELA 5: Preferência partidária e renda possui partido de preferência? ** RENDA FAMILIAR MENSAL

	(1)		(2)		(3)		(4)		(5)		(6)		Não sabe	
	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência	Com Preferência	Sem Preferência
Ano 88*														
26/06/95	16,8%	21,2%	35,7%	30,3%	25,4%	25,1%	14,7%	14,5%	5,1%	6,2%	1,2%	1,0%	5%	1,2%
29/09/96	10,0%	11,7%	19,2%	23,1%	29,7%	27,8%	25,5%	21,3%	12,4%	13,7%	2,6%	1,8%	4%	6%
14/12/99	17,6%	18,9%	18,1%	17,9%	18,8%	21,2%	24,5%	22,0%	13,8%	12,6%	12,8%	12,6%	1,6%	3,9%
28/10/00	18,1%	16,8%	12,9%	11,5%	17,2%	23,3%	25,3%	22,6%	17,9%	15,4%	7,7%	9,3%	9%	1,1%
1/10/04	15,6%	18,0%	23,7%	24,8%	32,8%	27,7%	10,2%	10,0%	7,5%	8,2%	10,2%	11,4%	0%	0%
4/10/08	23,8%	24,7%	21,5%	22,5%	27,7%	24,8%	16,6%	14,0%	7,8%	8,4%	6,6%	3,8%	5%	2,8%

*Não possui categoria.

** Devido às diferenças de cada *survey* de valores absolutos e mudanças de moeda, fizemos uma reestratificação das faixas salariais das pesquisas em seis níveis de renda (do mais baixo/1 ao mais alto/6) de acordo com cada ano analisado. Vide anexo.

5.3 O perfil da preferência partidária dos principais partidos

O PMDB buscou, desde a redemocratização, ampliar sua base política em Porto Alegre. Tendo que enfrentar inicialmente a dominação trabalhista e, posteriormente, a hegemonia petista, apenas em 2004 conseguiu simbolicamente – com Fogaça – chegar a um cargo majoritário, referendado pelo eleitorado em 2008. Sua base social nos primeiros anos das pesquisas em foco era muito restrita. Quanto ao nível educacional, os extratos de escolaridade

baixa eram dominantes entre seus simpatizantes, restringindo sua possibilidade de atuação mais incisiva no processo decisório. Esta tendência manteve-se até 2004, quando o partido consegue penetrar, de maneira mais significativa, nos setores de escolaridade média e superior, mantendo índices razoáveis de dominação nos setores de escolaridade inferior.

Quanto à renda, o PMDB tem mantido certo equilíbrio na distribuição de seus simpatizantes, entre as diferentes faixas de ganhos, com apoio significativo dos setores de renda média. A grande diferença ocorre nos últimos anos das pesquisas em foco (2004-2008). O partido amplia significativamente a penetração nos setores de renda mais alta, mantendo ou ampliando os índices entre os eleitores de renda média

TABELA 6

PMDB										
ANO	ESCOLARIDADE			RENDA						
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	NS**
12/12/88*	66,7%	22,2%	11,1%	-	-	-	-	-	-	-
21/06/95	64,3%	28,6%	7,2%	14,3%	28,6%	28,6%	14,3%	10,7%	3,6%	0%
26/09/96	57,2%	28,6%	28,6%	14,3%	9,5%	42,9%	28,6%	0%	4,8%	0%
14/14/99	69,5%	21,9%	8,6%	22,9%	16,2%	13,3%	21,9%	22,9%	1%	1,9%
28/10/00	37,6%	40,5%	22%							
01/10/04	22,6%	47,2%	30,2%	20,8%	16,7%	33,3%	10,4%	10,4%	8,3%	0%
04/10/08	40,1%	42,9%	17,2%	2,9%	25,7%	28,6%	14,3%	22,9%	5,7%	0%

*Não possui categoria de renda.

**NS equivale a "Não Sabe".

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, observamos em 1988 a existência de um alto percentual de simpatizantes com escolaridade baixa, o que mostra que o partido, no momento de sua implantação em Porto Alegre, disputa com o PDT, a preferência desses eleitores. Nos anos posteriores, o PT consegue ampliar e diversificar sua base de apoio entre os setores de maior escolaridade, aumentando significativamente a importância dos setores de média escolaridade e escolaridade superior.

Quanto ao quesito renda, só pode ser efetuada a verificação respectiva de 1995 a 2008, com exceção do ano de 2000, cujos dados não estão disponíveis. Assim, para os anos analisados, os dados parecem indicar que o Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre, é apoiado, fundamentalmente, pelos setores de renda média. Isto até o ano de 2004, quando o

partido começa a perder o apoio dos setores médios, numa espécie de retorno às origens, apoiando-se, preponderantemente, nos setores de baixa renda.

TABELA 7

PT										
ANO	SEXO		IDADE (em anos)							
	Masculino	Feminino	16 e 17	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 60	60 ou mais		
12/12/88	45,3%	54,7%	-	-	-	-	-	-	-	-
21/06/95	53,3%	46,7%	2,9%	16,1%	37,2%	21,9%	15,3%	6,6%		
26/09/96	48,6%	51,4%	1,2%	19,5%	31%	26,9%	13,9%	7,4%		
14/12/99	45,5%	54,5%	4,9%	21,1%	31,2%	18,8%	16,2%	7,8%		
28/10/00	43,5%	56,5%	1,9%	17%	22,4%	25,3%	20,1%	13,3%		
01/10/04	58,6%	41,4%	1,3%	18,9%	25,6%	19,9%	23,2%	11,2%		
04/10/08	44,3%	55,7%	1,5%	17,2%	31,9%	23,1%	18,7%	7,7%		

ANO	ESCOLARIDADE			RENDA						NS**
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
12/12/88*	42,4 %	33,7%	23,8%	-	-	-	-	-	-	-
21/06/95	41,6 %	39,4%	18,2%	7,3%	21,9%	34,3%	19%	15,3%	0,7%	1,5%
26/09/96	34%	43,1%	22,9%	8%	16,7%	31,6%	27,9%	13,6%	2,2%	0%
14/14/99	51,4 %	32,2%	16,3%	14,3%	18,9%	19,5%	25,4%	11,7%	7,8%	2,3%
28/10/00	49,3 %	29,9%	20,7%							
01/10/04	19,5 %	39%	41,4%	13%	27,3%	34,1%	8,2%	7,5%	9,9%	0%
04/10/08	39,6 %	41,4%	19%	5,9%	19,8%	33,3%	25,6%	11,4%	3,3%	0,7%

Quanto à escolaridade, o PDT tem como base fundamental os estratos com menor escolaridade. Em 1988, nada menos do que 55.80% dos eleitores identificados com este partido eram oriundos destes setores. O percentual de escolaridade dos simpatizantes do PDT reduz-se para 34.20%, quando se trata do ensino médio e para apenas 11%, com relação ao ensino superior. No que diz respeito à renda, o PDT mantém a mesma tendência observada no quesito escolaridade. As primeiras faixas de renda são responsáveis, em média, por mais da metade dos eleitores identificados com PDT, o que também indica que o partido não tem conseguido ampliar e diversificar sua base de sustentação política. Esta mesma tendência mantém-se nos anos posteriores, indicando que este partido não tem tido êxito na ampliação de sua base eleitoral, quando o quesito escolaridade está em jogo.

TABELA 8

ANO	ESCOLARIDADE			PDT						NS**
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
12/12/88*	54,80 %	34,20 %	11,00 %							
21/06/95	42,90 %	39,30 %	14,30 %	14,30%	25,00%	32,10%	7,10%	14,30%	3,60 %	3,60%
26/09/96	38,40 %	44,20 %	17,30 %		15,40%	19,20%	28,80%	23,10%	11,50%	1,90 %
14/14/99	58,60 %	28,90 %	12,30 %	21,10%	15,60%		21,10%	22,20%	16,70%	3,30 %
28/10/00										
01/10/04	38,40 %	42,30 5	19,20 %	28,80%	17,30%	28,80%	9,60%	3,80%	11,50 %	0%
04/10/08	44,7 %	40,4%	20,7%	4,3%	19,1%	38,3%	27,7%	8,5%	0%	0%

6. Conclusões

O presente artigo, ao se propor analisar o perfil do eleitor porto-alegrense com identificação partidária, buscou identificar alguns elementos que permitissem uma comparação com os padrões encontrados por outros autores para o conjunto do Brasil, bem como sugerir algumas interpretações sobre as mudanças verificadas no comportamento eleitoral nas democracias atuais, novas ou consolidadas.

Ao longo dos vinte anos abarcados pelas pesquisas de opinião analisadas, esse eleitor, identificado preferencialmente com o PT e, em seguida com o PMDB e PDT, parece evoluir até o início dos anos 2000 balizando suas escolhas dentro de uma oferta configurada pelos partidos, mas que, na medida em que o acesso à informação se democratiza, o nível de escolaridade aumenta e os grupos de interesse se diversificam, torna-se mais autônomo, mais flutuante e, conseqüentemente, mais resistente à vinculação partidária. A queda constante dos índices de identidade partidária desde 2000 indica que um processo de mudança está em andamento e que, talvez não signifique uma redução da importância dos partidos políticos como elementos fundamentais na vida democrática, mas que seja um sintoma da necessidade de novos laços a serem estabelecidos com o eleitor tendo em vista suas demandas e novas características.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

- ARTURI, Carlos. As Eleições no Processo de Transição à Democracia no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). *Brasil. Transição. Eleições. Opinião Pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 9-33.
- BALBACHEWSKY, Elisabeth. *Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil*. In: Lua Nova, Nº 26, p.133-165, agosto 1992.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. *Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições*. Campinas: Opinião Pública, Vol. X, nº2, p.242-253, outubro 2004.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E STOKES, D. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CARREIRÃO, Yan. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Santa Catarina e Rio de Janeiro: Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- CARREIRÃO, Yan; KINZO, Maria D'Alva Gil. *Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil*. In: Dados, V. 47, p. 131-168, janeiro 2004.
- CARREIRÃO, Yan. *Opiniões Políticas e Sentimentos Partidários dos Eleitores Brasileiros*. In: Opinião Pública, V. 14, Nº 2, p. 319-351, novembro 2008.
- COIMBRA, Marcos. *Simpatia e identidade partidária*. Portal Clipping MP. Brasília, 4 de agosto de 2011. (<http://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/7/6/simpatia>). Consultado em 04/08/2011.
- DOWNS, A. *The Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957;
- MACHADO, Mônica Castro. *Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes (Ucam). 1994.
- FERREIRA, Oliveiros. *Comportamento eleitoral em São Paulo*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Nº 8 UMG, p. 162-228, 1960.
- FIORINA, M. *Retrospective voting in american national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. Montchrestien. Paris 1996.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo: Edições Vértice. 1988.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *A eleição Presidencial brasileira de 1989: O comportamento eleitoral em uma cidade brasileira*. In: Dados, V. 35. Nº 1, p. 49-66. 1992.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Os partidos no eleitorado: Percepções públicas e laços partidários no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 20, Nº 57. fevereiro 2005.
- LAGROYE, Jacques; FRANÇOIS, Bastien; SAWICKI, Frédéric. *Sociologie politique*. Paris: Press de Sciences Politique, 2006.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente*. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 15-44.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Voto de desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes. 1980.
- LATTMAN-WALTMAN, Fernando. *As identidades partidárias, a crise política atual, e o que a democracia tem com isso*. In: Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio, No.1, jul/dez/2007. Edição eletrônica (<http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/>).
- LAVAREDA, Antônio. *Governos, Partidos e Eleições segundo a Opinião Pública. O Brasil de 1989 comparado ao de 1964*. In: Dados, Vol. 32, Nº 3. p. 341-362, 1989.

- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas. O processo paridário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1991.
- LIMA JR, Olavo Brasil de. *Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: As eleições de 1976 em Niterói* In: REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 91-144.
- LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1968.
- MARTINS JUNIOR, José Paulo. *Modelo Sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006*. In: Revista Debates, V. 3, N. 2, p. 68-96, julho - dezembro, 2008.
- MAYER, Nonna (org). *Les modèles explicatifs du vote*. Paris: Éditions L'Harmattan. 1997.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Tendências de Comportamento*. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NICOLAU, J. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression". In: *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, p.125-135, março 2007.
- OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Presses Universitaires de France. Paris 1997.
- PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL, Jairo. *Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil*. In: Opinião Pública, V. 13, Nº 2, p. 388-408, novembro, 2007.
- PETERSON, Phyllis. *Brasilian Political Parties: Formation, Organization, and Leadership, 1945-1959*. Ph.D. Thesis, University of Michigan. 1992.
- REIS, Fábio Wanderley (Org.) *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley. *Identidade política e teoria da escolha racional*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 6. Vol. 3. p. 26-38. 1988.
- REIS, Fábio Wanderley. *Identidade política, Desigualdade e Partidos Brasileiro*. In: Revista Novos Estudos, CEBRAP 87, p. 61-75 julho 2010.
- RUSSELL, J. Dalton; MCALLISTER, Jan; WOTTENBERG, Martin P. *Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas*. Análise Social, Vol XXXVIII(167), p.295-320, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *As eleições e dinâmica do processo político brasileiro*. In: Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1978.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo. Partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Co-edição Vértice e IUPERJ. 1987.
- SIMÃO, Aziz. *O voto operário em São Paulo*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. UMG. Vol. 1. Nº 1, p. 130-141. 1956
- SINGER, André Vitor. *Collor na periferia: a volta por cima do populismo?* In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré/ Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), 1990. p. 135-153.
- SINGER, André Vitor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Editora EDUSP, 2000.
- SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: EdipucRS, 1998.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. , São Paulo: Editora Alfa-Omeg. 1976.
- TRINDADE, Hégio; DE CEW, Judson. *Confrontação política e Decisão Eleitoral: As eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul*. In: REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro. São Paulo: Edições Símbolo, 1978, p. 145-211.

TRINDADE, HÉLGIO. *Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul*. In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. (Orgs.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.p. 153-204.

VEIGA, Luciana. *Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: Mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002*. In: *Opinião Pública*, V. 13, Nº 2, p. 340-365, Novembro 2007.

ANEXO:

Intenção de voto para prefeito 1988 – DAT/SP88.OUT-00111. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP.

Expectativa para 89 com novos prefeitos/ avaliação das prefeituras - DAT/POA88.DEZ-00131. In: Datafolha. Data: 12/12/1988.

Avaliação do prefeito de Porto Alegre (2 anos e 6 meses) - DAT/RS95.JUN-00447. In: Datafolha. Data: 20 E 21/06/1995.

Avaliação prefeito de porto alegre dois anos e nove meses/ intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - DAT/POA95.SET-00465. In: Datafolha. Data: 18 e 19/09/1995.

Intenção de voto para a prefeitura de Porto Alegre/ Avaliação prefeito de Porto Alegre (3 anos e 4 meses) - DAT/POA96.ABR-00561. In: Datafolha. Data: 23/04/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre/ Avaliação prefeito de Porto Alegre - 3 anos e 6 meses - DAT/POA96.JUL-00587. In: Datafolha. Data: 09/07/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre/ Avaliação prefeito Porto Alegre - 3 anos e 6 meses - DAT/POA96.AGO-00613. In Datafolha. Data: 13/08/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - DAT/POA96.SET-00666. In: Datafolha. Data: 02/09/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre/ reeleição do presidente/ intenção de voto para presidente - DAT/POA96.SET-00677. In: Datafolha. Data: 09/09/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - DAT/POA96.SET-00704. In: Datafolha. Data: 26/09/1996.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - DAT/POA96.OUT-00740. In Datafolha. Data: 01/10/1996.

Avaliação governador/ Avaliação prefeito - DAT/POA97.JUN-00813.In: Datafolha. Data: 18/06/97.

Avaliação presidente Fernando Henrique/ Intenção de voto para presidente/ Avaliação plano real/ Avaliação Congresso Nacional/ Avaliação do governador do Rio G. do Sul/ Avaliação do prefeito de Porto Alegre - DAT/RS99.JUN-00975.In: Datafolha. Data: 06/1999.

Avaliação presidente Fernando Henrique/ Intenção de voto para presidente/ Avaliação plano real/ Avaliação Congresso Nacional/ Avaliação do governador do Rio G. do Sul/ Avaliação do prefeito de Porto Alegre/ Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre -00984. In: Datafolha. Data: 12/1999.

Intenção de voto prefeito de Porto Alegre / Avaliação do prefeito de Porto Alegre – 01010. In: Datafolha. Data: 03/2000.

Intenção de voto prefeito de Porto Alegre / Avaliação do prefeito de Porto Alegre – 01027. In: Datafolha. Data: 05/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre / Avaliação do prefeito de Porto Alegre – 01055. In: Datafolha. Data: 28/06/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre / Avaliação do prefeito de Porto Alegre/ Rejeição dos candidatos a prefeito de Porto Alegre / Avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso - 01078. In: Datafolha. Data: 07/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre / Avaliação do prefeito de Porto Alegre – 01099. In: Datafolha. Data: 09/08/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre/ Avaliação do horário eleitoral/ Avaliação da tv brasileira - 01121. In: Datafolha. Data: 24/08/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre / Avaliação do horário eleitoral/ Avaliação do prefeito de Porto Alegre - 01148. In: Datafolha. Data: 05/09/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - 01165. In: Datafolha. Data: 29/09/2000.

Boca de urna prefeito de Porto Alegre – 01185. In: Datafolha. Data: 01/10/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre – 01559. In: Datafolha: Data: 09/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre – 01581 | PO 2983. In: Datafolha: Data: 09/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - 2º Turno – 01609 | PO 3006. In: Datafolha. Data: 05/10/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - 2º Turno – 01624 | PO 3023. In: Datafolha. Data: 17/10/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - 2º Turno – 01637 | PO 3036. In: Datafolha. Data: 28/10/2000.

Boca de urna prefeito de Porto Alegre – 2º Turno – 01650 | PO 3048. In: Datafolha. Data: 29/10/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre - 2º Turno – 01668 | PO 3067. In: Datafolha. Data: 24/10/2000.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613404. In: Datafolha. Data: 07/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613413. In: Datafolha. Data: 08/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613423. In: Datafolha. Data: 09/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613432. In: Datafolha. Data: 09/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613438. In: Datafolha. Data: 09/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 - PO 613445. In: Datafolha. Data: 09/2008.

Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre 2008 – véspera - PO 613452. In: Datafolha. Data: 10/2008.

Para o ano de 2004 agradecemos a professora Márcia Dias que gentilmente cedeu o banco de dados do Neppe-Núcleo de Estudos sobre Poder Partidos e Eleições. PUCRS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).